

Luiza Mara Correia*
Regina Lúcia Monteiro Henriques**
Maria de Fátima Hasek Nogueira***
Sandra de Araújo Pacheco****
Regina Trino Romano*****

Resumo

Estudo histórico-social, que tem como objeto a construção do projeto político pedagógico do Curso de Graduação da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ), 1992 – 2002. Objetivo: relatar a experiência da construção do Projeto Pedagógico. Esta pesquisa foi desenvolvida através da análise dos documentos e dissertações do Acervo do Centro de Memória Dra Nalva Pereira Caldas. Está teoricamente embasada em autores que tratam da temática. A estrutura e o plano curricular do Curso de Graduação foram aprovados pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UERJ em dezembro 2001, através da Deliberação n.º 05/01, encontrando-se em vigência à partir do primeiro semestre de 2002.

Descritores: educação superior; currículo; enfermagem.

Abstract

Social historical study, which has as object the construction of the pedagogic/political project of the Undergraduate Course of the Nursing School of the Rio de Janeiro State University (FENF/UERJ) – 1992 – 2002. The objective is to report the experience of the construction of the Pedagogic Project. This research was conducted by analyzing documents and dissertations belonging to the 'Dr. Nalva Pereira Calda' Memory Center Collection. It is theoretically based on authors who deal with this theme. The structure and the curriculum plan of the Undergraduate Course were approved by the Superior Council of Teaching and Research of UERJ in December 2001, through the Deliberation no. 05/01, becoming valid as of the first half of 2002.

Descriptors: higher education; curriculum; nursing

Title: The construction of the pedagogic project: nursing school experience

Resumen

Estudio histórico y social, que tiene como objeto la construcción del proyecto político pedagógico del Curso de Graduación de la Facultad de Enfermería de la Universidad de Estado de Río de Janeiro (FENF/UERJ). 1992-2002. Objetivo: relatar la experiencia de la construcción del Proyecto Pedagógico. Esta investigación fue desarrollada a través del análisis de los documentos del Archivo de Centro de Memoria Dra Nalva Pereira Caldas. Está teóricamente basada en autores que tratan de tema. La estructura y el plan curricular del Curso de Graduación fueron aprobados por el Consejo Superior de Enseñanza e Investigación de la UERJ en diciembre de 2001, a través de la Deliberación n.º 05/01, que se encuentra en vigencia desde el primer semestre de 2002.

Descritores: educación superior; currículo; enfermería

Título: La construcción del proyecto pedagógico: experiencia de la facultad de Enfermería de la UERJ

1 Introdução

A construção do Projeto Pedagógico é uma questão que vem mobilizando educadores no Brasil inteiro no cenário das reformas educacionais que ocorrem na América Latina. A Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ) vive desde 1992 um processo rico de discussão das propostas constitutivas do seu Projeto.

Este artigo, de cunho histórico-social, tem como objeto à construção do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação da FENF/UERJ e como objetivo relatar a experiência da construção deste Projeto voltado para defesa do que é público e para uma formação de qualidade. Deste modo, foi realizada uma pesquisa documental que utilizou fontes primárias existentes no Acervo do Centro de Memória Dr^a Nalva Pereira Caldas, bem como fontes secundárias constituídas por dissertações, artigos e livros de autores que tratam da temática. O recorte temporal da pesquisa engloba o período de 1992 - 2002, bem como o contexto no qual o projeto pedagógico emerge.

Essa pesquisa teve como marco inicial à criação, em abril de 1992, do "Fórum Permanente para a Formação do Enfermeiro". O marco terminal foi à deliberação da UERJ nº 05/2002 que autorizou a reestruturação do currículo pleno do Curso de Graduação da FENF/UERJ. O marco referencial norteador expressa que: "todo Projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia"^(1:145). Reflete o pensamento do coletivo da Instituição sobre o que se quer, porque se quer e em favor de

quem se quer a educação. Uma Escola de Enfermagem que se pretende democrática, que não produza desigualdades no seu interior, que tenha competência para formar cidadãos trabalhadores, críticos e criativos para a sociedade, e não para o mercado⁽²⁾. O Projeto em pauta tem a marca de seu tempo, das pessoas que lutaram pelas idéias nele expressas e do contexto em que se insere, visto que nenhum projeto educacional é neutro. Para melhor explicitá-lo, desenvolvemos a seguir, de forma breve, sua historiografia.

Nas três últimas décadas, o país passou por transformações no campo ideológico, da política e no econômico, deixando suas marcas na sociedade, e na saúde da população, cada vez mais pobre, faminta e doente.

No campo das políticas de saúde os Relatórios da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) rompe com o paradigma biomédico então vigente e cria o Sistema Único de Saúde. Quanto à formação dos profissionais da área, a 9ª CNS⁽³⁾ indica a revisão dos currículos, ajustando-os às realidades sociais, étnico-culturais e ao quadro epidemiológico, garantindo uma formação geral com visão integral e comprometimento social.

Apesar da realidade e da nova legislação as Instituições Formadoras de Enfermagem, continuavam tratando as questões do corpo dentro de uma perspectiva biológica e segmentada, não o considerando como uma totalidade, e o cuidado inserido num contexto social e cultural. A formação de enfermeiros até 1994, não mais acompanhava as demandas sociais, urgia não

* Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora Assistente do Departamento de Enfermagem Materno-infantil (DEMI) da FENF/ UERJ / Chefe do DEMI. **Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Diretora da Faculdade de Enfermagem da UERJ /Professora Assistente do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública. ***Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora Assistente do Departamento de Enfermagem Materno-infantil da FENF/UERJ. ****Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora Assistente do Departamento de Enfermagem Materno-infantil da FENF/ UERJ / Sub-chefia do DEMI. *****Enfermeira. Mestre em Tecnologias Educacionais nas Ciências da Saúde. Professora Assistente do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da FENF/UERJ.

E-mail do autor: luimacorreia@aol.com

só a mudança do currículo formal, mas também transformações nas concepções do currículo em ação, norteadas por um novo paradigma de saúde e uma filosofia de educação crítica.

A década de sessenta representou um marco na trajetória da Escola com a sua integração à universidade e o seu reconhecimento como unidade acadêmica. E em 1968, passa a se chamar Faculdade de Enfermagem da UERJ.

A década de setenta tem como marco a Reforma Universitária de 1968 que determinou a revisão dos currículos dos cursos superiores no país, dando origem ao Parecer nº 163/72, que vigorou até dezembro de 1994. Essa Reforma Universitária se materializou na formação dos profissionais de saúde, tendo como referência o Relatório Flexner. O conhecimento no ciclo básico era oferecido por departamentos cada vez mais especializados, com pouca correlação com a futura prática profissional, o aluno vivenciava a dicotomia entre conteúdo teórico e prático e podia concluir a graduação tendo apenas noções de Enfermagem em Saúde Pública. Existiam três Habilitações em Enfermagem posteriores à Graduação, que perdeu o seu caráter de terminalidade, e ainda a Licenciatura.

Nesta mesma década se caracterizou também pela estruturação e organização cultural e corporativa da Enfermagem, com a implantação do primeiro Mestrado, na Escola de Enfermagem Anna Nery, a criação dos Conselhos de Enfermagem e das primeiras Associações Profissionais, que dariam origem aos sindicatos.

Na década de oitenta, à medida que as transformações iam ocorrendo nas esferas político-jurídica e da saúde, os segmentos da enfermagem ligada ao Movimento de Reforma Sanitária desencadeavam um processo de análise crítica, de natureza político-ideológica acerca da categoria enfermeiro e sua formação, do modelo de prestação de serviços, da estrutura social e da política educacional vigente, que viria orientar o movimento de mudança do currículo mínimo.

A partir de 1986, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) liderou um processo de discussão em todo o país articulada com a Comissão de Especialistas de Enfermagem da SESu/MEC, com as entidades de classe da categoria e Escolas de Enfermagem. Em 1987, no Rio de Janeiro, visando caracterizar a situação do ensino de Graduação e apresentar alternativas para os problemas identificados. Ocorreram quatro Seminários Regionais e um Nacional, com o tema "Ensino Superior de Enfermagem". Em 1988 ocorreu um segundo Seminário Nacional, seguido de outros Regionais, com o tema "Perfil e competência do Enfermeiro e suas implicações no Currículo de Enfermagem", posteriormente sistematizado em uma Oficina, dando origem a postulados fundamentais para um novo currículo. Em 1989, o Seminário Nacional "Currículo Mínimo para a Formação do Enfermeiro" constituiu-se em fórum deliberativo do anteprojeto para mudança curricular. Em maio de 1991, ocorreu nova oficina de trabalho resultando em um documento que definiu os parâmetros e diretrizes para a formação deste profissional.

A década de noventa foi profícua. A mudança do paradigma curricular ganha corpo a partir de março de 1992, quando a proposta encaminhada recebeu parecer favorável da SENESu e finalmente, foram fixados os "Mínimos do Conteúdo e a Duração do Curso de Graduação em Enfermagem", com a publicação do novo Parecer CFE Nº314/94. Este indicava a formação de enfermeiros dotados de competência técnico-científica e política, mudanças no marco conceitual:

a compreensão conjuntural do país e do contexto de saúde ; a estreita relação entre processos de formação com o de trabalho em enfermagem; o currículo (...) deveria favorecer a uma prática que atenda às demandas de saúde da população e estar em consonância com os princípios de universalidade, equidade, integralidade e resolutividade das ações de saúde em todos os níveis de assistência^(4,7).

Ainda em 1994, em decorrência do fértil debate ocorrido se consubstancia um novo fórum orientador de diretrizes para o ensino, os "Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem". O 1º SENADEn ocorre no Rio de Janeiro orientado pelos objetivos de:

reconhecer os determinantes históricos intervenientes na política educacional em enfermagem; relacionar os processos produtivos com as diretrizes educacionais; identificar os entraves e dilemas presentes nos processos de formação dos diversos níveis em enfermagem; traçar estratégias e diretrizes para o ensino⁽⁵⁻¹⁾.

Em 20 de dezembro de 1996, trinta e cinco anos depois da promulgação da primeira LDB, foi publicada a Lei 9394/96 (nova LDB), fruto de mais de uma década de negociações, demandando que todo o processo educacional vigente no país se adequasse a ela. Cabe comentar que o processo de debate para o novo currículo dos enfermeiros ocorreu em paralelo, dentro dos mesmos princípios, e já nasceu com o espírito que a nova LDB preconizava.

O 2º SENADEn, só ocorre em 1997, quando a categoria debateu as dificuldades, as estratégias e o estágio de implantação do novo currículo. O diagnóstico apontava para a persistência de um ensino com ênfase no modelo biomédico; dissociação entre teoria e prática, indefinição no planejamento do estágio supervisionado, além da falta de integração entre as disciplinas básicas e profissionalizantes .

Em 1998, o 3º SENADEn, como tema central "As diretrizes para a educação em enfermagem no contexto da nova LDB" , tem como um de seus objetivos debater o Edital SESu/MEC n.º 4/98, "Enquadramento das diretrizes curriculares". Nesse encontro foram propostas as competências, habilidades e conteúdos que deveriam compor as diretrizes curriculares, a duração e a estruturação modular dos projetos de curso, a organização dos estágios, o aproveitamento de atividades extracurriculares e o perfil desejado. Mantiveram-se entretanto, as mesmas diretrizes, princípios e conteúdos do Parecer nº 314.

Durante o 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem, o Fórum de Escolas de Enfermagem se reúne para debater o modelo encaminhado pelo SESu/MEC. Concluiu-se que o texto punha em risco os eixos norteadores da proposta político pedagógica construída até então, dada a sua concepção fragmentada do processo de aprendizagem. A categoria reafirma os princípios e diretrizes, pelas quais lutou, em um documento chamado "Carta de Florianópolis". Nesta se posiciona contra a especialização precoce e os cursos seqüenciais, assume a necessidade de se formar o Bacharel em Enfermagem, generalista, e apresenta o Projeto Político Pedagógico da Enfermagem - PPPE.

Em 2000, o 4º SENADEn avança nesse Projeto com o tema central "Enfermagem: estratégias e perspectivas político pedagógicas" , debatendo a aplicação das novas diretrizes para o ensino e a elaboração pelas Instituições de Ensino Superior (IES) de seus PPPE. Além de reafirmar os princípios da Carta de Florianópolis, define o conceito de estágio curricular, com o mínimo de 500 horas, como atividades que dão terminalidade à graduação, distinto das atividades práticas desenvolvidas no interior de cada disciplina.

Finalmente em outubro de 2001 é homologado o Parecer CNE/CES nº 1133/2001 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição e em novembro a Resolução nº 3/2001, que institui as diretrizes específicas para o ensino de graduação em enfermagem. Entretanto não fica estabelecido o período de duração do curso.

Ainda nesse ano ocorre o 5º SENADEn, no qual as IES debatem o Exame Nacional de Cursos e a Avaliação Institucional, determinados respectivamente pela Lei nº 9.131/95 e pelo Decreto nº 2026/96, sem, entretanto abandonar a análise e implementação de seus Projetos Pedagógicos.

Em 2002, o 6º SENADEn ao abordar o tema “Educação e Mudanças: discutindo os contextos, textos, lições e propostas”, privilegia a implementação das Diretrizes Curriculares e a construção dos PPPE. São apontados como fatores geradores das dificuldades das IES a crise de financiamento das universidades públicas e sua estruturação rígida, bem como a expansão indiscriminada de novos cursos de enfermagem nas instituições privadas. Este encontro indica a necessidade de um parâmetro nacional mínimo de carga horária para a graduação de enfermagem de 4000 horas, com tempo de integralização de no mínimo 8 semestres letivos.

2 O processo de Reforma Curricular na FENF/UERJ

Enquanto parte da totalidade do Sistema Formador, na década de 70, a Faculdade promoveu ajustes curriculares em virtude do Parecer nº 163/72.

Inicialmente um relatório da direção, em 1976, que apontava problemas no processo ensino-aprendizagem, gerou a revisão na estrutura do currículo e a Deliberação da UERJ nº29/77. Esta aprovava o currículo pleno do curso, com carga horária na habilitação geral do enfermeiro de 3285 horas e de 750 horas para o ciclo de habilitações específicas. O estágio supervisionado desenvolvido nos dois últimos períodos do curso, visava superar sua fragmentação e descontinuidade⁽⁶⁾.

O desejo dos professores era implementar projetos englobadores do ensino, da pesquisa e da assistência. Dessa forma, foi iniciado um movimento em prol de um projeto com o Hospital Universitário Pedro Ernesto, que resultou em um acordo Interinstitucional, firmado em abril de 1980, visando à criação do Internato de Enfermagem. Somente em 1982 existiram condições políticas para sua implementação, inicialmente desenvolvido no 7º período do curso, com as disciplinas de estágio supervisionado em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Doenças Transmissíveis; Psiquiátrica e Administração de Enfermagem, com bolsa remunerada para os alunos inseridos nesta modalidade de ensino⁽⁶⁾.

O processo de redemocratização pelo qual passava o país nos anos 80, a proposta da Reforma Sanitária, a implantação do Sistema Único de Saúde, e o movimento desencadeado pela ABEn, encontraram eco na FENF/UERJ.⁽⁶⁾

Em 1986, dado aos resultados obtidos, o internato foi ampliado para o 6º e o 7º períodos, com a introdução de estágios em Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública. Não obstante o currículo ainda ser centrado no modelo biomédico e na assistência hospitalar, o aluno vivenciava outras situações da realidade em unidades básicas de saúde, a partir de projetos integrados entre a Universidade e a Secretaria Municipal de Saúde. Ainda nesse ano, ocorreram Oficinas Curriculares procurando adequar o currículo às mudanças conjunturais que atingiam as políticas de saúde e de educação e que se refletiam no campo da enfermagem⁽⁶⁾.

Em setembro de 1988, atendendo a solicitação da ABEn, foi realizado o seminário interno “O Ensino de Graduação: Perfil e Competência”, para discutir os conceitos que norteariam a formação do enfermeiro e analisar estratégias de operacionalização das Habilitações. Em dezembro de 1989, retomou-se o debate interno a partir do documento “Nova proposta de currículo mínimo para a formação do enfermeiro”, da ABEn. Em março de 1991 ocorreu um fórum interno, visando a análise crítica dos conteúdos programáticos do currículo.

Em abril de 1992, a direção recém eleita, articulada com o movimento de aprovação do novo currículo mínimo nacional, criou o “Fórum Permanente para a Formação do Enfermeiro” e constituiu uma comissão que organiza a “1ª Oficina de trabalho para elaboração do plano quadrienal para a gestão 1992-1996” que apontou diretrizes para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No Ensino, o enfoque foi o da Educação Crítica, com opção pela Pedagogia da Problematização, e consoante com os princípios da Reforma Sanitária e com a proposta da ABEn. Diagnosticou-

se a necessidade de uma articulação interdisciplinar e interdepartamental e a reformulação do currículo, pautado nas necessidades da comunidade e na formação a partir do exercício da cidadania. A Pesquisa e Extensão seriam desenvolvidas articuladamente com o ensino, o serviço e a comunidade, tendo como objetivo a transformação da realidade⁽⁷⁾.

A direção instituiu em maio, a Oficina de Criação que abriu um leque de possibilidades e incluiu projetos como: “Análise Institucional”, “Análise do Processo de Avaliação Pedagógica”, “Processo de Mudança Curricular” e o “Projeto Vivendo Vivências”.

Ainda em 1992, foi desencadeado um processo ao mesmo tempo de sensibilização do grupo e análise da Instituição através da técnica de Psicodrama Institucional, possibilitando desver os “Nós” das relações na Instituição, assim como na sua Organização e na Missão. Em paralelo foi realizada uma Análise Institucional, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida durante dois anos que apontou questões importantes para reflexão como: o feminino da enfermagem como objeto de vigilância e dominação, o magistério e a enfermagem que conferem uma dimensão do trabalho como extensão do lar; o objeto da práxis do enfermeiro -o cuidado-centrado na pluralidade de disciplinas que emprestam à Enfermagem um pouco do seu campo de conhecimento⁽⁷⁾.

Paralelamente, foi deflagrado um processo de reflexão da prática docente com os cursos de “Capacitação Pedagógica”, com a parceria da Escola Técnica em Saúde Izabel dos Santos, dos quais participaram 80% dos docentes.

No ano de 1993, foram oferecidos cursos de Dinâmica de Grupo como estratégia para sensibilizar e instrumentalizar o corpo docente para uma relação pedagógica não vertical e não autoritária com os alunos.

Em setembro de 1994, ocorreu a 2ª Oficina de Trabalho “Nós e os Nós da Avaliação”, que identificou a avaliação como um dos problemas a ser tratado. Propôs contextualizar historicamente a avaliação com o objetivo de manter o que vale ser preservado, desprezar o inócuo e exorcizar o improdutivo e o prejudicial⁽⁸⁾. Os resultados alcançados com as estratégias já descritas e a proximidade da oficialização do Novo Currículo Mínimo de Graduação, implicaram em decidir em reunião de corpo docente por uma reforma curricular orientada por uma concepção pedagógica crítica⁽⁸⁾. Para concretização dessa proposta é criada a Comissão para a Elaboração e Acompanhamento do Plano Estratégico da Reforma Curricular do Curso de Graduação em Enfermagem da UERJ. Nesse momento duas vertentes se complementavam: o desejo dos docentes e discentes de elaborarem um currículo que articulasse dinamicamente ensino, trabalho, comunidade, teoria e prática, e as aspirações da categoria consubstanciadas no Parecer CFE nº 314/94.

O processo de construção do novo currículo se deu, desde o primeiro momento, de forma coletiva, através de oficinas de trabalho promovidas pela Comissão de Reforma Curricular. Durante o ano de 1995 foram realizadas as Oficinas: Formação do Enfermeiro e Currículo, que objetivava a reflexão sobre a mudança do paradigma; Perfil Profissional⁽⁷⁾. com intuito de mapear os conhecimentos ensinados até então em cada disciplina (importante na orientação da seleção dos conteúdos). Também ocorreram Oficinas de Currículo com os objetivos de: definir as áreas do currículo integrado, selecionar os conteúdos, estabelecer o nível de articulação possível com as disciplinas ministradas por outras unidades de ensino, estruturar a rede de conhecimentos por área, localizar os conceitos-chave e habilidades e identificar e sistematizar os princípios técnico-científicos, políticos e filosóficos⁽⁸⁾.

Em paralelo, a sensibilização do corpo docente continuou com uma Oficina do Teatro do Oprimido e o Currículo Vivo, além da elaboração do projeto preliminar.

Como estratégia de legitimação junto às instâncias

universitárias encaminhou-se ao Departamento de Ensino da Graduação/SR1 (DEG), uma proposta denominada Currículo Integrado Fundamentado na Teoria Crítica da Educação, que é aprovada e recebe o apoio dessa instância. Em 30/11/95 a direção apresenta em reunião de corpo docente, a versão final do projeto que é aprovada e em seguida encaminhada à Sub-reitoria de Graduação.

No ano de 1996, houve mudança da direção da FENF/UERJ e marcou o início da implementação do currículo integrado. Em 31 de maio, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa se reúne em sessão extraordinária para apreciar o relato do processo nº 671/96, que é aprovado pelo plenário. Em 25 de dezembro de 1996, foi promulgada a deliberação que regula o currículo pleno do Curso de Graduação em Enfermagem⁽⁶⁾. Constituiu-se em importante marco desse estudo.

Nessa ocasião estavam em condições de operacionalização apenas as subáreas Assistencial I – Saúde, trabalho e meio ambiente -, parte da Fundamental I – Educação e pesquisa em enfermagem - e Fundamental III - Administração do processo de trabalho em enfermagem na rede básica, sendo as demais construídas em paralelo com o desenvolvimento do currículo.

Ressaltamos que os dados do estudo a partir do marco mencionado foram embasados por documentos do acervo do Centro de Memória da FENF/UERJ.

A mudança de paradigma gerou a necessidade de acompanhamento e avaliação da implantação do currículo. Para identificar as dificuldades na consecução da nova metodologia, diagnóstico da aderência à corrente filosófica, propostas de superação e registro do desenvolvimento de cada etapa passam a ser realizados, duas vezes por semestre, Seminários de Avaliação, com a participação dos professores e alunos envolvidos em cada período. A outra linha de trabalho consistiu em reuniões regulares da comissão de currículo com os professores, visando avaliar as estratégias de integração entre subáreas.

Ao mesmo tempo dava-se continuidade à construção da subárea Assistencial II – Promovendo e Recuperando a Saúde Mental. Em maio deste mesmo ano, com o objetivo de sensibilizar os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem quanto ao conceito de educação e as metodologias adotadas, alunos, professores e funcionários participaram de uma nova oficina. Como era preciso também a apropriação de novos conceitos relativos à avaliação de aprendizagem, a comissão de currículo organizou o 1º Curso de Capacitação em Avaliação, em dezembro de 1996.

A necessidade de aprofundamento teórico levou a comissão de currículo a organizar, no mesmo ano, novas Oficinas de Capacitação Pedagógica para o corpo docente. Posteriormente essa atividade passou a ser desenvolvida em parceria com o PROECOS/SR3^a.

A construção das Áreas Assistencial e Fundamental continuou ao longo dos anos de 1997 e 1998. Em 1997, foram construídas as subáreas: Assistencial III – Saúde do Adolescente, Adulto, Idoso e o Mundo do Trabalho; Fundamental II - Administração do Processo e da Assistência de Enfermagem, na área hospitalar, e III - O Exercício da Enfermagem e suas Bases Históricas, Políticas e Filosóficas. Em 1998, foram construídas as Subáreas Assistenciais IV – Saúde da Mulher e V – Atenção Integral à Saúde da Criança.

No ano de 1999 iniciou-se a reconstrução e operacionalização do novo Internato, desenvolvido nos dois últimos períodos e denominado Experimentando o Exercício

Profissional. A sua reorganização foi orientada pelos mesmos princípios que nortearam a construção das subáreas nos períodos anteriores. Essa nova organização possibilitou ao corpo discente adquirir uma visão abrangente das ações do enfermeiro nos contextos da comunidade, da rede básica e hospitalar com uma concepção de complexidade crescente das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação dirigidos aos diversos grupos humanos.

No ano de 2000, já em uma nova gestão, constatou-se que para facilitar a articulação das várias subáreas do currículo era necessária a ampliação da comissão responsável pelo seu acompanhamento, com representantes de cada subárea, além das chefias de departamento.

Neste ano ocorreram também: a 1ª Oficina de Avaliação Diagnóstica do Internato, com o objetivo de ajuizar de maneira propositiva, seu planejamento e operacionalização, apontando para a importância da construção de habilidades e atitudes esperadas ao longo dos sétimos primeiros períodos, bem como o desenvolvimento das competências, em consonância com o perfil profissional esperado. A 2ª oficina, que discutiu as competências, habilidades, carga horária e cenários relativos a cada uma das subáreas, permitiu a elaboração do Caderno do Internato e a 3ª Oficina, realizada em maio de 2001, procedeu a revisão e readequação do seu regimento.

Ainda em 2000, a Comissão de Currículo organizou a 1ª Oficina Diagnóstica da Construção do Projeto Político Pedagógico. Nela além do aprofundamento da discussão sobre a Missão, Perfil da Instituição e os fundamentos do currículo integrado, realizou-se uma reflexão sobre as competências preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa reflexão gerou uma outra oficina, “Construindo as Competências para o Ensino de Enfermagem”, que teve como objetivo a construção das competências a serem adquiridas no Internato, a partir dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas nas subáreas.

Todo projeto contra hegemônico requer a sua contínua realimentação, isso também se deu através da discussão quanto ao papel e às competências dos coordenadores de período.

O movimento de construção-implementação-avaliação-reconstrução, próprio do conceito de currículo enquanto práxis e processo, resultou em modificações da estrutura e do plano curricular. Envolveu mudanças de nomenclatura, criação, reestruturação e realocação de subáreas, com redistribuição de carga horária, além de mudanças na proposta inicial do internato. A reconfiguração do plano curricular foi aprovada pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa através da Deliberação nº 005/02, encontrando-se em vigência a partir do primeiro semestre de 2002.

Em agosto de 2002 a Comissão de Acompanhamento Curricular promoveu um conjunto de oficinas com os temas: Avaliação Institucional - O Olhar Externo e Interno; Qual parte me cabe neste conjunto; e Tecendo os fios da trama. Nelas identificou-se a centralidade para o currículo dos temas transversais, que ultrapassam os limites de uma única subárea e que precisam ser melhor definidos e categorizados, tais como: Semiologia e Semiotécnica; Contexto Político e Histórico na Saúde; Ética e Bioética.

No primeiro ano de aplicação, para a Enfermagem do Exame Nacional de Cursos, em 2002, a FENF/UERJ foi uma das doze instituições que obteve conceito A em nível nacional e a única em nível estadual.

3 Considerações finais

Foi necessário percorrer todo um caminho, sabendo-se que se faz o caminho ao andar, para que vislumbrássemos com clareza a nova missão institucional e o perfil de alunos que os novos tempos requeriam. Assim, fomos guiados o tempo todo por concepções de educação e saúde nas quais acreditávamos.

Essa missão é o compromisso da FENF/UERJ com a

⁶ PROECOS - projeto de educação continuada em saúde, implementado pela Sub-reitoria de Extensão e Cultura, com objetivo de promover um debate pedagógico entre as unidades acadêmicas da área de saúde e integração ensino e serviço com as unidades de campo de estágio (PPC, HUPE).

formação de enfermeiros cidadãos, conhecedores dos problemas do seu estado, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para atender as necessidades de saúde da sociedade, cuja responsabilidade ultrapassa os níveis puramente técnicos, exigindo de si adoção de posições em relação ao mundo e à vida.

Dessa forma, a instituição pretende formar enfermeiros que apresentem como perfil profissional: Ser comprometido com a vida na expressão máxima de seu potencial a partir de princípios éticos, nas dimensões técnica e política, que respeitem o ser humano no seu direito à liberdade e dignidade, desenvolvendo a tolerância no trato com as diferenças. Exercer a democracia na busca da conquista de direitos e exercício de deveres, participando como um cidadão cômico do seu papel para a sobrevivência do planeta. Enfermeiros capazes de intervir no processo gerador saúde/doença categorizando os grupos de risco e propondo ações de atenção à saúde que resultem na melhoria do bem estar das pessoas a partir de uma atuação técnica, educativa, política e produção do conhecimento

O marco conceitual indicava que só uma concepção educacional essencialmente democrática, que resgate o conceito e a prática da cidadania e que permita a crítica e a reflexão, pode atender à realidade. A construção desse projeto pedagógico foi norteada por uma Educação Crítica, na medida que o significado de crítica enquanto constructo filosófico está relacionado à categoria de totalidade e coloca-se como elemento fundamental para uma leitura dialética da realidade. Nessa concepção o currículo é interpretado a partir de suas relações com a estrutura social, a cultura, a ideologia e o poder; tendo como preocupação entender a favor de quem trabalha e como fazê-lo trabalhar a favor dos grupos e classe oprimidos⁽⁹⁾.

A opção pelo currículo integrado no interior deste projeto requer a adoção da visão dialética de unidade indissolúvel entre teoria e prática, que é assegurada pela relação simultânea e recíproca de autonomia e dependência de uma relação com a outra⁽¹⁰⁾.

Quanto à escolha da metodologia de ensino, os professores entendiam não ser uma mera opção técnica, mas uma decisão que envolve questões éticas e visões de homem e de mundo. A opção, baseada em Paulo Freire, de uma Metodologia Problematizadora - caminho para a concretização de uma educação crítica, dialética e dialógica – que tem o aluno como sujeito da aprendizagem, reconhecendo suas características e sua história de vida em seu contexto sócio-econômico-cultural.

O marco referencial do campo da saúde expresso no currículo tem por base o Paradigma da Produção Social da Saúde, que se fundamenta na idéia de que tudo o que existe é produto da ação humana na sociedade ⁽¹¹⁾ e tem por base a multideterminação do fenômeno saúde-doença. A natureza do

conceito de saúde, da Lei 8080 é eminentemente interdisciplinar, visto que tem por base as múltiplas determinações e mediações históricas que o constituem.

A interdisciplinaridade no ensino em saúde implica a integração disciplinar – currículo integrado- em torno de problemas oriundos da realidade de saúde, onde os conteúdos das disciplinas que auxiliam na compreensão daquela realidade interagem dinamicamente estabelecendo entre si conexões e mediações. Nessa proposta, o princípio de hierarquia entre as ciências é substituído pelo princípio de cooperação, possibilitando a transitividade interna entre fragmentos de ciência, conceitos e linguagens. Quanto à visão de sociedade é plural em busca de mudanças históricas, políticas e econômicas capazes de superar as fortes desigualdades sociais.

Referências

1. Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra;1996.
2. Veiga IP. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível. Campinas (SP):Papyrus;1996.
3. Veiga IP. Relatório Final da 9ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília (DF): CNS/MS;1993.
4. Conselho Federal de Educação (BR). Parecer nº 314/94. Dispõe sobre o novo currículo mínimo do curso de graduação em Enfermagem. Brasília (DF);1994.
5. Documento Final do 1º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil. Rio de Janeiro: ABEn; 1994.
6. Correia LM. O ensino de enfermagem obstétrica na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: propostas e contradições – 1982-1986 [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro;2003.
7. Dâmaso R. A instituição de avaliação no ensino de enfermagem. Revista Enfermagem da UERJ, Rio de Janeiro1994 out;2(2):212-20.
8. Romano RAT. Da Reforma Curricular à construção de uma nova práxis pedagógica: a experiência da construção coletiva de um currículo integrado [dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro;1999.
9. Moreira AFB, Silva TT. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo:Cortez; 1994.
10. Candau A. Rumo a uma nova didática. Petrópolis (RJ): Vozes;1988.
11. Mendes EV. Uma agenda para saúde. São Paulo: Hucitec;1996.

Data de Recebimento: 02/09/2003

Data de Aprovação: 22/12/2004